BIBLIOTECA DE COMÉRCIO EXTERIOR

ACORDOS COMERCIAIS DO BRASIL

Onde economizar.
O que pedir. Como conferir.



LEONARDO FRANZOI TOIGO

28 fichas • exemplos práticos
controles preenchíveis • revisão 09.09.2026

O que você precisa agora?

Entender se a operação tem benefício 3

Consultar os 28 acordos 6

Declarar na DI, Duimp ou DU-E 4

Analisar, comparar e conferir 5

Entender as siglas e os termos 101

Consultar fontes e data da edição 104

Da pesquisa à decisão

Começar pelo produto e pelo país 12

Seguir os seis passos da operação 14

Calcular a economia e o custo total 16

Conferir a origem e seus documentos 19

Validar rota e cotas 23

Resolver dúvidas da rotina 91

Como declarar

Confirme o fluxo permitido para sua operação na data do registro.

DI: procedimento e códigos 25

Duimp: fundamento e tributos 30

DU-E: exportação e prova de origem 31

União Europeia: prova de origem 32

União Europeia: DI e Duimp 33

Controles da operação

Preencha em um leitor compatível, salve uma cópia e reabra para verificar os dados.

Analisar uma operação • 3 telas 93

Comparar duas opções • 3 telas 96

Conferência final • 2 telas 99

Combinar quem faz cada parte 103

Escolha o acordo • 1/6

01. Mercosul: regra geral 34

02. Bolívia 36

03. Chile 38

04. Colômbia 40

05. Equador 42

Continuar a lista de acordos 7

Escolha o acordo • 2/6

06. Peru 44

07. Venezuela 46

08. Cuba 48

09. Guiana e São Cristóvão e Névis 50

10. Suriname: arroz 52

Continuar a lista de acordos 8

Escolha o acordo • 3/6

11. México: não automotivos 54

12. México: preferência regional 56

13. México: automotivos 58

14. Panamá: preferência regional 60

15. Índia 62

Continuar a lista de acordos 9

Escolha o acordo • 4/6

16. Israel 64

17. Egito 66

18. África Austral: SACU 68

19. Palestina 70

20. Singapura 72

Continuar a lista de acordos 10

Escolha o acordo • 5/6

21. União Europeia 74

22. SGPC: confira a concessão 76

23. Argentina: automotivos 78

24. Paraguai: automotivos 80

25. Uruguai: tratamentos próprios 82

Continuar a lista de acordos 11

Escolha o acordo • 6/6

26. Bolívia: gás natural 84

27. EFTA: confira o país e a data 86

28. Acordos-quadro 88

O acordo ajuda nesta compra?

Comece pelo produto

Tenha em mãos a descrição da mercadoria, a NCM e o país onde ela foi produzida. O endereço do vendedor, sozinho, não comprova a origem.

Depois, abra a ficha do parceiro

Veja se o acordo já vale entre os dois países e se o produto aparece na lista de benefícios. Um acordo em vigor pode deixar mercadorias de fora.

O que você procura

Uma redução do Imposto de Importação (II) que sua operação consiga comprovar e usar. A economia só entra na proposta depois dessas conferências.

Estou lendo a lista certa?

Vou importar para o Brasil

Leia o que o Brasil concedeu ao parceiro. É essa lista que pode reduzir o II na entrada da mercadoria aqui.

Vou exportar do Brasil

Leia o que o país de destino concedeu ao Brasil. O importador no exterior pedirá o benefício à aduana de lá.

Tradução de uma expressão comum

“Preferências recebidas pelo Brasil” são benefícios para nossos produtos no exterior. Não são, por esse nome, descontos na importação brasileira.

Antes de fechar: passos 1 a 3

1. Identifique a mercadoria

Confirme a NCM atual. Se o acordo usar outra versão de classificação, relacione os códigos e compare também a descrição do produto.

2. Encontre a redução

Abra a linha do produto na lista. Anote tarifa de referência, percentual de redução, etapa do calendário, exceções e eventual cota.

3. Pergunte ao fabricante

Peça os dados de produção e dos materiais usados. Confira se atendem à regra de origem do produto e qual documento poderá provar isso.

Antes de embarcar: passos 4 a 6

4. Valide a operação

Confira o trajeto da carga, eventual passagem por outro país, licenças e cotas. Veja se as condições do acordo serão cumpridas.

5. Simule a declaração

Escolha o fundamento correto no sistema e refaça o cálculo do imposto. Guarde a lista, a regra e os documentos que sustentam a escolha.

6. Registre a decisão

Preencha o controle deste guia. Revise a análise se mudarem produto, fornecedor, materiais, rota, data ou regras do sistema.

Quanto vou economizar?

Exemplo: valor aduaneiro de R$ 100 mil

Tarifa de referência: 10%. Redução prevista no acordo: 20% dessa tarifa. O resultado é 10% × (1 − 0,20) = 8%.

A conta do II

Sem a preferência: R$ 100.000 × 10% = R$ 10.000.
Com a preferência: R$ 100.000 × 8% = R$ 8.000.
Economia direta no II: R$ 2.000.

O que esse exemplo mostra

A redução de 20% incide sobre a tarifa de 10%. Não são 20 pontos percentuais. A conta usa a mesma base e tarifas percentuais; ainda falta comparar o custo total.

O desconto muda com o ano?

Pode mudar, sim

Alguns acordos reduzem a tarifa em etapas. “Desgravação” é essa redução ao longo do tempo; “cesta” é o grupo do calendário em que o produto entrou.

Use o calendário do texto

Veja quando começa o ano 1 e quando ocorre cada nova redução. Não conte os anos a partir do seu primeiro embarque.

Confira a tarifa de partida

Use a tarifa de referência prevista no acordo. Ela pode ser diferente da tarifa comum de hoje. Compare opções legais separadamente; não some descontos de dois acordos.

A economia compensa?

Refaça o custo completo

Além do II, recalcule os demais tributos e suas bases quando aplicável. Inclua frete, seguro, transporte interno, armazenagem e despesas da operação.

Some o custo de usar o acordo

Considere emissão da prova de origem, registros de produção, controles de cota e uma rota compatível. Compare também preço, câmbio, pagamento e prazo.

Há outras exigências

Licenças, regras sanitárias, normas técnicas e medidas de defesa comercial continuam exigindo análise. A previsão de AFRMM no ACE 53 é específica: não a estenda aos outros acordos.

Comprou lá. Foi produzido lá?

A origem vem da produção

Uma máquina chinesa revendida por uma empresa chilena não vira chilena por causa da venda. Peça ao fabricante onde e como ela foi produzida.

O que pedir

Descrição do processo, materiais utilizados, origem e classificação desses materiais. Quando a regra exigir cálculo de valor, peça os dados necessários para refazê-lo.

O que precisa bater

A fabricação real deve atender à regra específica do produto. Um certificado não corrige uma produção que deixou de cumprir essa regra.

Como a fabricação pode atender?

Produto obtido no país

Algumas regras cobrem bens inteiramente obtidos ali, como certos produtos agrícolas. Leia as condições exatas do acordo.

Transformação dos materiais

Outras exigem uma mudança de classificação, um processo produtivo ou um limite para materiais de fora. Use a fórmula e a base de cálculo daquele acordo.

Materiais de parceiros

A “acumulação” pode permitir aproveitar materiais de outro país participante. Só conte esses materiais quando o acordo permitir e houver comprovação.

Qual documento devo pedir?

Certificado de origem

Confira o modelo exigido, a entidade autorizada, assinaturas, validade e prazo de apresentação. O acordo define as condições de emissão.

Declaração feita pelo exportador

Use somente quando admitida. Confira quem pode emitir, texto obrigatório, identificação e condições. Autodeclaração não significa texto livre.

Arquivo digital

Um PDF escaneado não se torna um certificado digital válido por estar no computador. Verifique se o formato eletrônico é aceito no acordo e no procedimento.

Confira antes de aceitar a prova

Compare com a operação

Produto, quantidade, fatura, emissor, critério de origem e datas devem ser coerentes. Resolva divergências antes de pedir o benefício.

Guarde também os dados da fabricação

A prova apresentada precisa ter suporte. Combine com o fabricante como os registros serão conservados e disponibilizados numa verificação.

Pergunta pronta para enviar

“Qual regra de origem este produto atende? Envie o modelo de prova aceito no acordo e os dados que sustentam esse enquadramento.”

A carga passa por outro país?

Desenhe o trajeto real

Informe origem, transbordos, depósitos e destino. Confira no acordo as condições de transporte direto, trânsito ou não alteração da mercadoria.

Guarde o caminho da carga

Conhecimentos de transporte, registros de armazenagem e documentos de controle aduaneiro podem ser necessários. Veja quais operações são permitidas durante o trânsito.

E se a fatura vier de outro país?

A participação de um terceiro na venda não autoriza automaticamente esse terceiro a emitir a prova de origem. Confira as duas situações separadamente.

Tem cota? Confira a sua parcela

Primeiro, entenda o limite

Confirme produto, unidade de medida, país, quantidade e período. Veja quem administra a cota e como ela é distribuída.

Depois, confira a autorização

Identifique a parcela destinada à sua empresa, o saldo e a quantidade desta operação. Saldo global disponível não equivale a uma autorização para você.

Antes do registro

Confira a licença ou LPCO e o enquadramento específico. Não aplique uma tarifa dentro da cota à quantidade sem cobertura.

Vou registrar uma DI

Confira se este fluxo ainda se aplica

Use a DI somente nas operações admitidas pelo cronograma de migração. Na adição, abra a aba de tributos e consulte a tabela oficial de acordos.

Escolha código e ato corretos

O número do ACE não é o código da DI. Use o ato legal indicado no sistema; ele pode diferir do decreto de promulgação usado na pesquisa.

Antes de concluir

Confira o EX, quando houver, e refaça a conta do II. Se a tabela mostrar “N/A”, não invente um número. Os códigos das próximas telas são de DI, não de Duimp.

Códigos na DI • 1/4

Referência da tabela da Receita. Confira a versão vigente antes do registro.

Mercosul • ACE 18

Código: 318
Ato na DI: Decreto 550/1992

Bolívia • ACE 36

Código: 336
Ato na DI: Decreto 2.240/1997

Chile • ACE 35

Código: 335
Ato na DI: Decreto 2.075/1996

Colômbia • ACE 72

Código: 372
Ato na DI: Decreto 9.230/2017

Códigos na DI • 2/4

Referência da tabela da Receita. Confira a versão vigente antes do registro.

Equador • ACE 59

Código: 592
Ato na DI: Protocolo ALADI 5902/2005

Peru • ACE 58

Código: 358
Ato na DI: Decreto 5.651/2005

México • ACE 53

Código: 353
Ato na DI: Decreto 4.383/2002

México • ACE 55

Código: 355
Ato na DI: Decreto 4.458/2002

Códigos na DI • 3/4

Referência da tabela da Receita. Confira a versão vigente antes do registro.

México • APTR 04

Código: 407
Ato na DI: Protocolo ALADI 407/1991

Panamá • APTR 04

Código: 408
Ato na DI: Protocolo ALADI 408/1991

Guiana • AAP 38

Código: 381
Ato na DI: Decreto 3.989/2001

São Cristóvão e Névis • AAP 38

Código: 382
Ato na DI: Decreto 8.200/2014

Códigos na DI • 4/4

Referência da tabela da Receita. Confira a versão vigente antes do registro.

Gás natural • Bolívia

Código: 802
Ato na DI: Decreto 681/1992

Para levar à operação

O rótulo “SGPC” na tabela do sistema não significa que todos os acordos desse grupo pertençam ao Sistema Global de Preferências Comerciais.

Vou registrar uma Duimp

No item da declaração

Abra Tributos e a opção “Preencher Tributação”. Selecione o fundamento legal que corresponde ao acordo e à situação da mercadoria.

Complete as condições

Preencha os atributos e documentos exigidos. Confira origem, enquadramento e resultado do cálculo. Um fundamento diferente não serve só porque produz o mesmo imposto.

Registre a referência

Anote o fundamento e a data da consulta no controle da operação. Confira o manual e as notícias do Siscomex antes do registro.

Vou exportar com DU-E

Preencha a operação com coerência

Confira NCM, descrição, quantidade, valores e destino. Atenda ao tratamento administrativo e ao LPCO no momento exigido.

Combine a prova com o cliente

Confirme o documento aceito no destino e entregue a prova de origem correta ao importador. Ele solicitará a preferência na entrada da mercadoria.

Não termina no registro

Registrar a DU-E não concede automaticamente o benefício no exterior. Alinhe documentos, prazos e exigências com o importador.

União Europeia: quem declara?

Do Brasil para a União Europeia

Na declaração de origem, o exportador brasileiro usa o CNPJ e informa origem “Mercosul”. O número REX não é usado por empresas brasileiras neste acordo.

Certificado na transição

A emissão por entidade autorizada pela SECEX é uma alternativa nas condições transitórias previstas. Confira a regulamentação e o modelo antes de emitir.

Da União Europeia para o Brasil

A declaração é do exportador europeu, com identificação REX quando exigida. Uma fatura de terceiro não muda, sozinha, quem pode emitir a prova.

União Europeia: como enquadrar?

Aplicação provisória desde 01/05/2026

Confira a linha do produto, o ano da redução e as condições de origem. O início do acordo não zerou de uma vez todas as tarifas.

Na Duimp

Fundamento 0022: tratamento geral. Fundamento 0030: cotas CH1, CH2 e T1. Selecionar 0030 não concede, por si só, a cota à empresa.

Na DI

Use a NCM e o EX do anexo aplicável à orientação oficial. Não trate 0022 como código de acordo da DI. Consulte o Decreto 12.953/2026 e a Notícia Siscomex Importação 035/2026.

ACE 18

Mercosul: regra geral

VIGENTE | ARGENTINA, PARAGUAI E URUGUAI

Onde pode haver economia

Produtos que atendem à regra de origem podem ter redução de 100% da tarifa. Açúcar e automotivos têm exceções; zonas francas e áreas aduaneiras especiais seguem regras próprias.

Imagine esta operação

Uma máquina produzida no Paraguai pode ter II zero se estiver coberta e cumprir origem. Revenda de máquina de outro país não basta.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 18

Mercosul: regra geral

O que conferir antes de declarar

Confira a NCM e o regime de origem. Use certificado ou autodeclaração quando admitidos. Para o automotivo, abra a ficha bilateral.

Leve para a rotina

Veja a origem dos componentes com o fabricante antes de prometer a preferência.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 550/1992. Regime de Origem: Decreto 12.058/2024, 218º Protocolo Adicional ao ACE 18.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 36

Bolívia

VIGENTE | COBERTURA GERAL

Onde pode haver economia

Desde 2014, todos os produtos da lista chegaram à redução total da tarifa. Para usar o benefício, a mercadoria precisa cumprir a regra de origem.

Imagine esta operação

Um insumo produzido na Bolívia pode entrar com II zero se atender à regra. Gás natural tem também uma ficha setorial neste guia.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 36

Bolívia

O que conferir antes de declarar

Relacione a NCM atual à lista do acordo. Confira o Anexo IX, o requisito do produto e o certificado de origem.

Leve para a rotina

Use o instrumento aplicável à operação; não troque o ACE 36 pelo ACE 18 apenas por associação ao Mercosul.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 2.240/1997; Anexo IX e protocolos de origem do ACE 36.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 35

Chile

VIGENTE | COBERTURA GERAL

Onde pode haver economia

A redução das tarifas alcançou todos os produtos em 2015. A mercadoria ainda precisa cumprir a regra de origem; confira também as condições para zonas especiais.

Imagine esta operação

Um vinho efetivamente originário do Chile pode ter II zero. A anuência e os requisitos do produto devem ser conferidos separadamente.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 35

Chile

O que conferir antes de declarar

Confira o certificado e as regras do produto. Mercadoria de zona franca tem regra específica.

Leve para a rotina

Compra no Chile não comprova origem chilena. Confira a produção.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 2.075/1996; protocolos do ACE 35. Nomenclatura atualizada pelo Decreto 9.389/2018.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 72

Colômbia

VIGENTE | REGRAS GERAIS E AUTOMOTIVAS

Onde pode haver economia

A preferência depende da linha e das condições negociadas. O setor automotivo tem apêndices e controles próprios.

Imagine esta operação

Antes de cotar uma autopeça, localize o código e veja se existe condição de conteúdo ou cota.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 72

Colômbia

O que conferir antes de declarar

Confira a redução prevista na lista no sentido correto e a origem. Nos automotivos, examine o Apêndice 5.1 do Anexo II e o Apêndice 2 do Anexo IV.

Leve para a rotina

Não reaproveite uma análise antiga pelo ACE 59 sem conferir o tratamento do ACE 72.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 9.230/2017; ACE 72 e seus anexos. Há remissões ao ACE 59.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 59

Equador

VIGENTE | MARGEM POR PRODUTO

Onde pode haver economia

A redução depende da linha, do cronograma e do sentido da operação. Automotivos têm condições próprias.

Imagine esta operação

Uma máquina e sua peça de reposição podem ter margens diferentes. Confira cada código, mesmo na mesma fatura.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 59

Equador

O que conferir antes de declarar

Abra a lista de quem está importando. Localize o produto e veja o percentual, o ano da redução e as condições. Para automotivos, confira as regras específicas.

Leve para a rotina

Não use a maior preferência encontrada em uma família de produtos para todos os itens.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 5.361/2005; anexos e protocolos do ACE 59. Na DI para Equador, veja a tabela operacional.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 58

Peru

VIGENTE | EXCEÇÕES NA LISTA

Onde pode haver economia

Muitos produtos já chegaram à tarifa zero. Há exclusões que abrangem códigos ligados a açúcar, álcool, pneus e têxteis. Confira o código exato antes de contar com a redução.

Imagine esta operação

Uma máquina originária e coberta pode ter II zero. Um pneu excluído não recebe o mesmo tratamento.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 58

Peru

O que conferir antes de declarar

Confira a linha e o Anexo V de origem. Para zonas francas, examine a lista positiva do 2º Protocolo Adicional.

Leve para a rotina

A cobertura ampla não dispensa a busca do código exato.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 5.651/2005; Anexo II-A, Anexo V e protocolos do ACE 58.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 69

Venezuela

VIGENTE | ATENÇÃO AO AUTOMOTIVO

Onde pode haver economia

A regra geral chegou à redução total das tarifas em 2018. O setor automotivo tem exceções. A mercadoria precisa atender às regras do acordo.

Imagine esta operação

Um químico originário pode ter II zero. Um veículo exige análise específica da margem e dos requisitos.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 69

Venezuela

O que conferir antes de declarar

Confira origem e certificado. Para automotivos, leia os anexos e as disposições do ACE 59 às quais o ACE 69 remete.

Leve para a rotina

Separe a análise tarifária da viabilidade do pagamento e do transporte.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 8.324/2014; ACE 69 e remissões setoriais ao ACE 59.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 62

Cuba

VIGENTE | COBERTURA PARCIAL

Onde pode haver economia

Há redução em produtos negociados. As listas de concessões de Brasil e Cuba não são iguais.

Imagine esta operação

Exemplo didático: tarifa-base de 12% com margem de 50% resulta em 6%, se essa for a redução prevista na lista válida da linha.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 62

Cuba

O que conferir antes de declarar

Busque a linha no anexo correto e leia a margem. Confira o Anexo IV de origem e o certificado do acordo.

Leve para a rotina

Produto fora da lista não recebe benefício apenas por ser cubano.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 6.068/2007; Anexos I a IV do ACE 62.

Abrir listas e regras oficiais

AAP.A25TM 38

Guiana e São Cristóvão e Névis

VIGENTE | LISTAS POR PARCEIRO

Onde pode haver economia

O acordo com Guiana e a adesão de São Cristóvão e Névis preveem preferências para listas determinadas.

Imagine esta operação

Na importação de mercadoria guianense, procure as preferências outorgadas pelo Brasil à Guiana.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

AAP.A25TM 38

Guiana e São Cristóvão e Névis

O que conferir antes de declarar

Identifique o parceiro e a lista. Confira o Anexo III de origem, o certificado e a margem concedida pelo país importador.

Leve para a rotina

Não use a lista da Guiana para São Cristóvão e Névis: as concessões diferem.

BASE PARA CONSULTA

Decretos 3.989/2001 e 8.200/2014; AAP.A25TM 38 e protocolos.

Abrir listas e regras oficiais

AAP.A25TM 41

Suriname: arroz

VIGENTE | CONCESSÃO BRASILEIRA COM COTA

Onde pode haver economia

O Brasil concede preferência para arroz originário do Suriname dentro de cota de 10 mil toneladas.

Imagine esta operação

Uma compra coberta pode usar II zero dentro da cota e das condições. Confira licenciamento e saldo antes de calcular.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

AAP.A25TM 41

Suriname: arroz

O que conferir antes de declarar

Confira os códigos do acordo: 1006.10.92, 1006.20.20 e 1006.30.21, sua correspondência atual, origem e parcela da cota autorizada à empresa.

Leve para a rotina

Esta redução prevista na lista é para a importação brasileira. Não a use para prometer redução em exportação ao Suriname.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 5.565/2005; AAP.A25TM 41 e normas de administração da cota.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 53

México: não automotivos

VIGENTE | LISTA DE PRODUTOS

Onde pode haver economia

Há margens negociadas para produtos não automotivos. O acordo também prevê tratamento específico para o AFRMM.

Imagine esta operação

Exemplo didático: uma linha com tarifa-base de 14% e margem de 50% resulta em II de 7%.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 53

México: não automotivos

O que conferir antes de declarar

Localize o produto, a margem e a regra de origem. Compare com a APTR 04 sem somar preferências.

Leve para a rotina

Confira o custo total das alternativas, inclusive o tratamento do AFRMM quando cabível.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 4.383/2002; ACE 53 e seus anexos e protocolos.

Abrir listas e regras oficiais

APTR 04

México: preferência regional

VIGENTE | SUJEITA A EXCEÇÕES

Onde pode haver economia

A preferência regional alcança mercadorias fora das listas de exceção. A margem deve ser confirmada na lista bilateral.

Imagine esta operação

Exemplo didático: margem de 20% sobre tarifa-base de 10% gera alíquota de 8%.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

APTR 04

México: preferência regional

O que conferir antes de declarar

Relacione NCM e NALADI, confira a Resolução ALADI 252 e o certificado de origem. Compare com o ACE 53.

Leve para a rotina

Preferência de 20% não significa redução de 20 pontos percentuais.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 90.782/1984; APTR 04 e protocolos. Na DI: Protocolo ALADI 407/1991.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 55

México: automotivos

VIGENTE | TRATAMENTO SETORIAL

Onde pode haver economia

Veículos e autopeças têm tratamento pelo acordo automotivo e pelo apêndice bilateral Brasil-México.

Imagine esta operação

Uma autopeça deve ser localizada na lista bilateral. O nome comercial “peça automotiva” não comprova cobertura.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 55

México: automotivos

O que conferir antes de declarar

Leia Anexo I, Anexo II e Apêndice II com suas alterações. Confira origem, categoria do produto e condições do protocolo.

Leve para a rotina

Não repita uma cota ou um índice antigo. Confira o protocolo vigente para a categoria.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 4.458/2002; Apêndice II do ACE 55 e seus protocolos adicionais.

Abrir listas e regras oficiais

APTR 04

Panamá: preferência regional

VIGENTE | MARGEM E LISTA DE EXCEÇÕES

Onde pode haver economia

A APTR 04 concede redução segundo a lista e o sentido da operação. Não equivale a livre comércio geral.

Imagine esta operação

Exemplo didático: tarifa-base de 15% com margem válida de 20% resulta em 12%.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

APTR 04

Panamá: preferência regional

O que conferir antes de declarar

Confira classificação de mercadorias, exceções, origem e prova. A tarifa concedida pelo Panamá pode diferir da concedida pelo Brasil.

Leve para a rotina

Passagem pelo Canal do Panamá não confere origem panamenha.

BASE PARA CONSULTA

Decretos 90.782/1984 e 9.141/2017. Na DI: Protocolo ALADI 408/1991.

Abrir listas e regras oficiais

ACP MERCOSUL-ÍNDIA

Índia

VIGENTE | COBERTURA PARCIAL

Onde pode haver economia

O acordo concede preferências em listas específicas. Ele não reduz o II de todo produto negociado com a Índia.

Imagine esta operação

Para cotar um insumo indiano, localize primeiro a linha. Se não estiver coberto, o acordo não gera a redução pretendida.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACP MERCOSUL-ÍNDIA

Índia

O que conferir antes de declarar

Abra a lista de benefícios do país importador. Confira o percentual de redução, o Anexo III de origem e o modelo de certificado exigido.

Leve para a rotina

Negociação de ampliação não permite aplicar concessões que ainda não tenham entrado em vigor.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 6.864/2009; anexos do acordo. Certificado: Decreto 6.865/2009.

Abrir listas e regras oficiais

ALC MERCOSUL-ISRAEL

Israel

VIGENTE | COBERTURA AMPLA COM LIMITES

Onde pode haver economia

Há linhas com eliminação tarifária e outras com preferência parcial ou cota, conforme a oferta de cada parte.

Imagine esta operação

Uma máquina em linha totalmente desgravada pode ter II zero se originária. Produtos agrícolas sensíveis exigem leitura própria.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ALC MERCOSUL-ISRAEL

Israel

O que conferir antes de declarar

Confirme a categoria da linha, a regra do Capítulo IV e o documento de origem exigido.

Leve para a rotina

Use a tarifa-base e a lista do acordo. Não presuma o percentual pela origem do fornecedor.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 7.159/2010; Anexos I e II e Capítulo IV do acordo.

Abrir listas e regras oficiais

ALC MERCOSUL-EGITO

Egito

VIGENTE | ETAPA FINAL EM 01/09/2026

Onde pode haver economia

A última etapa do calendário de eliminação das tarifas chegou em 01/09/2026. Ainda é preciso conferir produtos com redução parcial, cotas e condições específicas.

Imagine esta operação

Uma mercadoria da última cesta pode chegar à tarifa zero após a parcela final, se coberta e originária.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ALC MERCOSUL-EGITO

Egito

O que conferir antes de declarar

Confira a linha e a data. A regra de origem está no Capítulo II e no Anexo 2.4; certificado e solicitação são preenchidos em inglês.

Leve para a rotina

Não mantenha na cotação de setembro a alíquota de agosto sem conferir a parcela final.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 9.229/2017; cronograma e anexos do ALC Mercosul-Egito.

Abrir listas e regras oficiais

ACP MERCOSUL-SACU

África Austral: SACU

VIGENTE | CINCO PAÍSES, LISTAS PARCIAIS

Onde pode haver economia

Participam África do Sul, Botsuana, Eswatini, Lesoto e Namíbia. As margens variam por linha e sentido.

Imagine esta operação

Exemplo didático: tarifa-base de 14% com margem de 50% resulta em 7%, se a operação cumprir os requisitos.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACP MERCOSUL-SACU

África Austral: SACU

O que conferir antes de declarar

Abra os Anexos I e II, confira o Anexo III de origem e o certificado. Não estenda o acordo a toda a África.

Leve para a rotina

O rótulo operacional “SGPC” na tabela da DI não dispensa identificar o acordo Mercosul-SACU.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 8.703/2016; anexos do ACP Mercosul-SACU.

Abrir listas e regras oficiais

ALC MERCOSUL-PALESTINA

Palestina

VIGENTE BILATERALMENTE | BRASIL-PALESTINA

Onde pode haver economia

A aplicação bilateral brasileira está em vigor desde 11/04/2025. A redução segue a categoria e o cronograma da mercadoria.

Imagine esta operação

Uma linha de eliminação imediata pode usar tarifa zero se originária. Uma linha gradual segue a parcela do ano.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ALC MERCOSUL-PALESTINA

Palestina

O que conferir antes de declarar

Confira a oferta da parte importadora, o Capítulo IV de origem e o documento admitido. Verifique a rota e os dados comerciais.

Leve para a rotina

Não reutilize o fundamento do acordo com Israel. São instrumentos distintos.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 12.432/2025; ALC Mercosul-Palestina e anexos.

Abrir listas e regras oficiais

ALC MERCOSUL-SINGAPURA

Singapura

VIGENTE PARA O BRASIL DESDE 01/08/2026

Onde pode haver economia

Singapura elimina tarifas para os produtos cobertos que cumprem a origem. Na importação pelo Mercosul, há redução imediata, redução por etapas e produtos excluídos.

Imagine esta operação

Um eletrônico embarcado em Singapura pode estar excluído ou ter redução gradual. O embarque não prova origem.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ALC MERCOSUL-SINGAPURA

Singapura

O que conferir antes de declarar

Localize a NCM, o cronograma e a prova de origem. Confira o texto e os manuais publicados para o acordo.

Leve para a rotina

Compare com a tarifa normal de Singapura: uma tarifa já zerada não gera economia adicional de imposto.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 13.081/2026; capítulos e anexos do ALC Mercosul-Singapura.

Abrir listas e regras oficiais

ACORDO PROVISÓRIO DE COMÉRCIO

União Europeia

APLICAÇÃO PROVISÓRIA DESDE 01/05/2026

Onde pode haver economia

Os cronogramas já produzem efeitos. Há eliminação imediata, redução gradual, cotas, preferências parciais e exclusões.

Imagine esta operação

Uma máquina europeia pode ter redução gradual, e não tarifa zero imediata. A prova de origem deve corresponder à operação.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACORDO PROVISÓRIO DE COMÉRCIO

União Europeia

O que conferir antes de declarar

Confira a oferta, a linha e o ano. Na importação brasileira, consulte os fundamentos 0022 ou 0030 quando cabíveis.

Leve para a rotina

Abra as páginas específicas de prova de origem e Duimp deste guia antes do primeiro uso.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 12.953/2026; anexos do acordo. Notícia Siscomex 035/2026 e normas de cotas e origem.

Abrir listas e regras oficiais

SISTEMA GLOBAL DE PREFERÊNCIAS

SGPC: confira a concessão

VIGENTE | PARTICIPANTES E LISTAS ESPECÍFICOS

Onde pode haver economia

O SGPC reúne concessões entre países em desenvolvimento. O nome do sistema não garante uma margem única.

Imagine esta operação

Antes de oferecer 20% de preferência, comprove que a redução prevista na lista está em vigor para os dois países e para o produto.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

SISTEMA GLOBAL DE PREFERÊNCIAS

SGPC: confira a concessão

O que conferir antes de declarar

Identifique os países participantes, a lista efetiva e o protocolo aplicável. Confira origem e certificado.

Leve para a rotina

Não aplique automaticamente percentuais de uma rodada ainda sem eficácia para a operação.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 194/1991 e protocolos pertinentes. A tabela operacional da DI referencia o Decreto 5.106/2004.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 14

Argentina: automotivos

VIGENTE | COMÉRCIO ADMINISTRADO

Onde pode haver economia

O setor tem condições próprias, inclusive o mecanismo flex para os produtos abrangidos. Livre comércio integral está previsto para julho de 2029.

Imagine esta operação

Uma autopeça pode ter preferência, mas não deve ser tratada como comércio irrestrito sem conferir a disciplina setorial.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 14

Argentina: automotivos

O que conferir antes de declarar

No período de julho/2025 a junho/2027, o limite flex divulgado é 2,0. Confira lista atualizada, origem e acompanhamento oficial.

Leve para a rotina

Flex não é um desconto no preço da sua fatura. É um mecanismo de administração do comércio setorial.

BASE PARA CONSULTA

Decretos 6.500/2008, 10.343/2020 e 12.515/2025; protocolos do ACE 14.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 74

Paraguai: automotivos

VIGENTE | LISTA SETORIAL

Onde pode haver economia

Os produtos automotivos listados têm livre comércio. Há cotas para condições específicas de origem reduzida.

Imagine esta operação

Uma peça coberta pode ter II zero. Se depender de origem reduzida, confira também a cota e sua autorização.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 74

Paraguai: automotivos

O que conferir antes de declarar

Confira o 1º Protocolo Adicional, a lista e a regra. Autodeclaração é admitida conforme a regra aplicável.

Leve para a rotina

Não confunda os dois decretos: o tratamento automotivo é disciplinado pelo protocolo.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 10.448/2020: acordo. Decreto 10.493/2020: 1º Protocolo Adicional automotivo.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 02

Uruguai: tratamentos próprios

VIGENTE | AUTOMOTIVOS, ZONAS E OUTROS

Onde pode haver economia

O acordo contém regras para setores específicos, inclusive automotivos, zonas francas e erva-mate. O produto define o protocolo a consultar.

Imagine esta operação

Uma peça e uma mercadoria de zona franca podem exigir protocolos diferentes, mesmo vindo do mesmo fornecedor.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 02

Uruguai: tratamentos próprios

O que conferir antes de declarar

Confira lista, conteúdo de origem e cota quando existente. Separe esses tratamentos da regra geral do ACE 18.

Leve para a rotina

Localize o protocolo da mercadoria. Não use “Uruguai” como único critério para escolher o acordo.

BASE PARA CONSULTA

ACE 02 e protocolos; no automotivo, Decretos 8.655/2016 e 10.362/2020.

Abrir listas e regras oficiais

ACORDO SETORIAL DE FORNECIMENTO

Bolívia: gás natural

VIGENTE | IMPORTAÇÃO BRASILEIRA

Onde pode haver economia

O art. 3º prevê isenção dos gravames à importação no fornecimento abrangido. O enquadramento do II é próprio, distinto da consulta geral do ACE 36.

Imagine esta operação

Uma operação de gás natural que cumpra o enquadramento pode usar o tratamento previsto. Outros gases não entram por analogia.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACORDO SETORIAL DE FORNECIMENTO

Bolívia: gás natural

O que conferir antes de declarar

Confira produto, origem, contrato e alcance do acordo. Na tabela da DI, o tratamento aparece com código 802.

Leve para a rotina

Leia separadamente a legislação de cada tributo. Não transforme o enquadramento do II em isenção genérica.

BASE PARA CONSULTA

Decreto 681/1992; acordo de fornecimento de gás natural Brasil-Bolívia.

Abrir listas e regras oficiais

MERCOSUL-EFTA

EFTA: confira o país e a data

AINDA NÃO APLICÁVEL EM 09/09/2026

Onde pode haver economia

A entrada em vigor anunciada é por país: Brasil e Islândia em 01/10/2026; Noruega em 01/11/2026. Suíça e Liechtenstein ainda dependem das etapas internas e da confirmação das datas.

Imagine esta operação

Uma cotação pode separar cenário atual e cenário futuro condicionado. Em setembro, não reivindique este acordo como já aplicável.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

MERCOSUL-EFTA

EFTA: confira o país e a data

O que conferir antes de declarar

Reconfirme a vigência para o parceiro e a linha antes de usar. As ofertas e as regras de origem precisam ser lidas por país.

Leve para a rotina

Para uma operação futura, confirme a data do parceiro antes de registrar. Em 09/09/2026, não aplique o benefício EFTA como se já estivesse vigente.

BASE PARA CONSULTA

Acordo Mercosul-EFTA e anexos; comunicado do MDIC de 01/09/2026. Consulte os atos de implementação.

Abrir listas e regras oficiais

ACE 54 E ACE 76

Acordos-quadro

MARCOS DE NEGOCIAÇÃO | SEM REDUÇÃO AUTÔNOMA

Onde pode haver economia

O ACE 54, com o México, e o ACE 76, com o Panamá, organizam negociações. Sozinhos, não criam uma nova redução de tarifa para qualquer mercadoria.

Imagine esta operação

Uma proposta que cite apenas “acordo com o México” ainda precisa identificar a redução prevista na lista e a origem exigida.



Antes de usar, confira as condições na próxima tela.

ACE 54 E ACE 76

Acordos-quadro

O que conferir antes de declarar

Procure o instrumento que efetivamente concede a preferência: ACE 53, ACE 55 ou APTR 04, conforme o parceiro e o produto.

Leve para a rotina

Acordo de cooperação, investimentos ou transparência não equivale, por si só, a redução do II.

BASE PARA CONSULTA

ACE 54 e ACE 76; textos e protocolos disponíveis nas páginas oficiais.

Consultar ACE 76 • Panamá

Consultar ACE 54 • México

O nome parece acordo. Dá desconto?

SGP: confira o país que concede

O Sistema Geral de Preferências é unilateral. Veja se o Brasil e o produto são beneficiários na data da importação, nas regras do país que concede o benefício.

SGPC: é outro sistema

O Sistema Global de Preferências Comerciais tem participantes e listas próprios. Abra a ficha 22. Não confunda a sigla com o SGP.

Cooperação, facilitação e investimento

ATEC, transparência, investimentos e acordos para evitar dupla tributação têm outros objetivos. Sua existência não cria automaticamente uma redução do II.

Três frases que pedem conferência

“Foi comprado nesse país.”

Peça o país de produção e os dados do fabricante. País de compra e origem podem ser diferentes.

“Com esse acordo, o imposto é zero.”

Peça a linha do produto, a data, o percentual e as condições. Confira se há etapas de redução, exclusões ou cotas.

“Pode usar este certificado.”

Confira se o acordo aceita o documento, o emissor e o formato. Compare os dados com a operação e confira a validade.

Mais três alertas da rotina

“O sistema calculou certo.”

Reveja o fundamento e os atributos informados. O cálculo depende do enquadramento escolhido.

“A cota ainda tem saldo.”

Peça a autorização e a parcela da empresa. Confira quanto desta operação está efetivamente coberto.

“Use a análise do ano passado.”

Reveja código, calendário e origem. Ao apontar uma pendência, diga exatamente o que falta: lista, cálculo, documento ou autorização.

Analise a operação • 1/3

Operação / importação ou exportação / data

Produto / NCM atual

Código e versão na lista do acordo

País de origem / país importador

Analise a operação • 2/3

Acordo / protocolo aplicável

Linha / redução / etapa / ano

Regra de origem / prova aceita

Rota / venda por terceiro

Analise a operação • 3/3

Cota / licença / autorização

Fundamento no sistema

Arquivos oficiais / data da consulta

Conclusão / responsável

Compare duas opções • 1/3

Produto / operação

Base de cálculo / moeda / câmbio

Opção A / fundamento

Opção B / fundamento

Compare duas opções • 2/3

A: tarifa e II calculados

B: tarifa e II calculados

A: custo de prova e controle

B: custo de prova e controle

Compare duas opções • 3/3

A: outros custos e tributos

B: outros custos e tributos

Opção escolhida / motivo

Revisor / data / anexos

Pode seguir? • 1/2

- [ ] NCM e correspondência com a lista conferidas.
- [ ] Acordo válido entre os países na data da operação.
- [ ] Linha, redução, calendário e exceções conferidos.
- [ ] Regra de origem confirmada com dados de produção.

Operação / documentos e versões conferidas

Pode seguir? • 2/2

- [ ] Prova de origem válida e coerente com a operação.
- [ ] Rota, terceiro operador e cotas conferidos.
- [ ] Licenças e fundamento no sistema conferidos.
- [ ] Cálculos e documentos de suporte arquivados.

Decisão / pendência / responsável / data

Tradução das siglas

ACE, AAP e APTR

ACE: Acordo de Complementação Econômica.
AAP: Acordo de Alcance Parcial.
APTR: Acordo de Preferência Tarifária Regional.
O número identifica o instrumento.

ALC e ACP

ALC: Acordo de Livre Comércio.
ACP: Acordo de Comércio Preferencial.
O nome não dispensa a consulta ao produto, à origem e às condições.

NCM, NALADI e SH

São classificações de mercadorias usadas nas listas. As versões podem mudar. Relacione o código atual ao da lista e confirme a descrição.

Tradução dos termos

Margem, cesta e desgravação

Margem de preferência: percentual de redução da tarifa. Cesta: grupo do calendário. Desgravação: redução da tarifa, imediata ou por etapas.

Origem, cota e EX

Originário: produto que atende à regra de origem. Prova: documento aceito para comprová-la. Cota: quantidade limitada. EX: destaque com condição específica dentro de um código.

MaxNOM e flex

MaxNOM: limite de materiais não originários, calculado pela fórmula do acordo. Flex: mecanismo de administração do comércio automotivo; não é um desconto no preço da fatura.

Quem precisa participar?

Fabricante + equipe aduaneira

O fabricante fornece dados de produção. A equipe aduaneira confirma classificação, regra aplicável e enquadramento da declaração.

Logística + área de custos

A logística confirma a rota e seus documentos. A área contábil ou de custos refaz o custo total e compara as alternativas.

Responsável pela operação

Reúna cálculo, fundamento, documentos e aprovação. Reabra a análise quando mudar produto, fornecedor, data, sistema ou acordo.

Abra a fonte • 1/3

As fichas também têm um botão direto para as listas e regras de cada acordo.

Chile: listas e regras do ACE 35

Consultar no site oficial

Prova de origem: Portaria SECEX 249/2023

Consultar no site oficial

União Europeia: manual de regras de origem

Consultar no site oficial

Cotas de importação: procedimentos

Consultar no site oficial

Abra a fonte • 2/3

As fichas também têm um botão direto para as listas e regras de cada acordo.

DI: tabela de códigos e atos legais

Consultar no site oficial

Duimp: preenchimento dos tributos

Consultar no site oficial

DU-E: manual de preenchimento

Consultar no site oficial

União Europeia: Notícia Importação 035/2026

Consultar no site oficial

Abra a fonte • 3/3

As fichas também têm um botão direto para as listas e regras de cada acordo.

SGP: países e condições

Consultar no site oficial

Portal Siscomex: acordos e situação

Consultar no site oficial

EFTA: datas de aplicação por país

Consultar no site oficial

Singapura: Decreto 13.081/2026

Consultar no site oficial

Como usar esta edição

Referência: 09 de setembro de 2026

As 28 fichas foram mantidas e adaptadas da edição IMEX de 07/09/2026. Datas e orientações recentes foram conferidas nas fontes oficiais indicadas.

Faça uma consulta por operação

Este guia orienta a pesquisa. Para aplicar um benefício, confira o texto, a lista e o procedimento vigentes na data do registro. Os exemplos de cálculo são didáticos.

Preencha e salve uma cópia

Use um leitor de PDF com suporte a formulários. Preencha os controles, salve com o nome da operação e reabra para conferir se os dados ficaram gravados.

Transforme a pesquisa em uma decisão.



Produto certo. Origem comprovada. Cálculo conferido. Documentos salvos.

Começar uma análise

LEONARDO FRANZOI TOIGO
Grupo IMEX • Negócios internacionais